



Uirapuru
Transmissora de Energia

Uirapuru Transmissora de Energia S.A.

CNPJ 07.003.112/0001-45

Subsidiária Integral da Copel Geração e Transmissão S.A.

Rua José Izidoro Biazetto, 158, Bloco A - Mossunguê - Curitiba – PR

CEP 81200-240

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2024

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	8
BALANÇOS PATRIMONIAIS	8
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	9
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES	9
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	11
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	12
1. CONTEXTO OPERACIONAL	12
2. BASE DE PREPARAÇÃO.....	12
3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS	13
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	18
5. CLIENTES	19
6. ATIVO DE CONTRATO	19
7. FORNECEDORES	19
8. TRIBUTOS	20
9. PESQUISA E DESENVOLVIMENTO.....	21
10. PROVISÕES PARA LITÍGIOS E PASSIVOS CONTINGENTES	21
11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	22
12. RECEITA OPERACIONAL	22
13. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	23
14. RESULTADO FINANCEIRO	23
15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	23
16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	25
17. SEGUROS.....	26
DECLARAÇÃO DOS DIRETORES.....	27
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE.....	28



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

À ACIONISTA

A Administração da Uirapuru Transmissora de Energia S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício de 2024, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição da acionista, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

Curitiba, 09 de abril de 2025

Marcio Raphael Ploszaj
Diretor Técnico

Adriano Fedalto
Diretor Administrativo-Financeiro

1. A COMPANHIA

A Uirapuru Transmissora de Energia S.A. (Uirapuru ou Companhia), instituída em setembro de 2004, é uma empresa que atua na área de transmissão de energia elétrica como uma sociedade de propósito específico - SPE e tem a Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT) como única acionista. Por sua vez, a Copel GeT é controlada pela Companhia Paranaense de Energia (Copel ou “Controladora”).

2. UIRAPURU EM NÚMEROS

Em milhares de reais	2024	2023	variação %
Indicadores Contábeis			
Ativo total	203.715	191.606	6,3
Caixa e equivalentes de caixa	53.571	44.204	21,2
Receita operacional bruta	30.007	17.729	69,3
Deduções da receita	(1.989)	(1.875)	6,1
Receita operacional líquida	28.018	15.854	76,7
Custos e despesas operacionais	(3.048)	(2.515)	21,2
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos	24.970	13.339	87,2
Ebitda ou Lajida ⁽¹⁾	24.989	13.355	87,1
Resultado financeiro	4.989	5.125	(2,7)
IRPJ/CSLL	(2.607)	(2.285)	14,1
Lucro operacional	29.959	18.464	62,3
Lucro Líquido do exercício	27.352	16.179	69,1
Patrimônio líquido	189.320	179.992	5,2
Indicadores Econômico-Financeiros			
Liquidez corrente (índice)	8,8	12,2	(27,9)
Liquidez geral (índice)	14,1	16,5	(14,5)
Margem do Ebitda ou Lajida ⁽¹⁾ (Ebitda ou lajida/receita operacional líquida) (%)	89,2	84,2	5,9
Margem operacional (lucro operacional/receita operacional líquida) (%)	106,9	116,5	(8,2)
Margem líquida (lucro líquido/receita operacional líquida) (%)	97,6	102,0	(4,3)
Participação de capital de terceiros (%)	7,1	6,1	16,4
Rentabilidade do patrimônio líquido (lucro líquido/patrimônio líquido inicial) (%)	15,2	8,7	74,7

(1) EBITDA - *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* ou LAJIDA - Lucros antes dos juros, impostos, depreciação e amortização

3. GESTÃO ESG (AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA)

A Uirapuru gerencia a agenda de sustentabilidade por meio de áreas focadas em ESG, com diretrizes corporativas divulgadas através de políticas e normas. A Copel, como companhia de capital aberto, segue diretrizes de Governança Corporativa e adota um sistema robusto para alinhar o desempenho dos administradores aos interesses da empresa e partes interessadas. Desde 2021, a Copel integra o Nível 2 de governança na B3 e adota o Código de Melhores Práticas do IBGC, além de atender aos critérios da SEC e regulamentações brasileiras. Após se tornar uma corporação sem acionista controladora, a Copel continua a aprimorar sua estrutura de governança.

3.1 Programa de Integridade

A O Programa de Integridade da Copel está alinhado às melhores práticas de ações contra a corrupção. O 10º Princípio do Pacto Global preconiza que as empresas devem combater a corrupção em todas as suas formas, com metas para desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis, indo além das obrigações legais, fortalecendo os mecanismos de transparência e integridade. Abrangendo todos os empregados, administradores e conselheiros fiscais, o Programa de Integridade está estruturado para prevenir, detectar e remediar potenciais atos lesivos como conflito de interesses, fraudes em processos de contratação e pagamentos, entre outros.

Fazem parte do Programa de Integridade, o Código de Conduta, que foi revisado e atualizado em 2024, incorporando as mudanças decorrentes da transformação da Copel em corporação e melhores práticas de mercado e o Canal de Denúncia, que registra qualquer situação que indique violação de princípios éticos, políticas, normas, leis e regulamentos ou outras condutas impróprias e mantém canais de manifestação específicos para esses fins, com garantia de sigilo.

3.2 Dimensão Social

Consciente de seu papel na sociedade, a Uirapuru desenvolve programas e ações voltados ao bem-estar das comunidades, alinhados às expectativas de seus públicos e a diretrizes internacionais, como a Agenda 2030 da ONU. A Companhia busca alternativas que promovam desenvolvimento social, mesmo ao implementar novos empreendimentos que gerem empregos e receitas, mas que possam exigir mitigação de impactos.

3.3 Dimensão Ambiental

O comprometimento da Uirapuru com o desenvolvimento sustentável está intrinsecamente relacionado ao dia a dia de suas atividades. A Companhia atua para atingir a ecoeficiência, preservar a biodiversidade e reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE).

As diretrizes para essa atuação estão na Política de Sustentabilidade da Copel, que aborda em seus diversos capítulos os temas Ambiental, Biodiversidade, Direitos Humanos, Engajamento com Partes Interessadas, Investimento Social Privado e Mudança do Clima, é base para outras normas internas de Gestão de Resíduos, de Gestão dos Efeitos de Mudança do Clima, entre outras.

4. DESEMPENHO OPERACIONAL

A Uirapuru foi constituída quando participou do Leilão nº 01/2004 da Aneel - Agência Nacional de Energia Elétrica, na licitação pública para outorga de concessão de novas linhas de transmissão de energia elétrica. Sagrou-se a vencedora do Lote B do Edital, que previa a construção da Linha Ivaiporã - Londrina Circuito 2, no Estado do Paraná, na Região Sul do Brasil.

Em 04.03.2005 a Uirapuru assinou o Contrato de Concessão para o Serviço Público de Transmissão de Energia nº 002/2005 – Aneel, com vencimento em 04.03.2035, para a construção, operação e manutenção da referida linha, em 525 kV de tensão, com extensão aproximada de 120 km de comprimento, segundo circuito, com origem na Subestação de Ivaiporã e término na Subestação de Londrina, utilizando 270 torres para sustentação dos cabos e passando pelo território de 10 municípios paranaenses.

A construção da linha de transmissão foi efetuada ao longo de 2005 e parte de 2006 e em 09.07.2006 o empreendimento iniciou a operação comercial, auferindo a partir desta data as parcelas mensais da Receita Anual Permitida - RAP, previstas no Contrato de Concessão nº 002/2005, firmado com a Aneel. Adicionalmente, em julho de 2006, a Uirapuru celebrou o Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST nº 011/2005 com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, passando a integrar Rede Básica do Sistema Interligado Nacional - SIN.

Linhas e Subestações de Transmissão em Operação – Características Físicas

Linhas e Subestações de Transmissão	Propriedade	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Início de Operação Comercial	Vencimento da Outorga
Linhas e Subestações próprias				122		
Uirapuru Transmissora de Energia S.A.	100,0%	CS	525kV	122	09.07.2006	05.03.2035
Contrato nº 002/2005 LT Ivaiporã - Londrina ESUL						
Total				122		

As concessões de transmissão em operação em 31.12.2024 geram atualmente uma RAP à Uirapuru de R\$ 27 milhões.

Linhas e Subestações de Transmissão em Operação – Características Financeiras

Linhas e Subestações de Transmissão	Propriedade	RAP (R\$ mil)	RAP Proporc. (R\$ mil)	Ano de degra da RAP	Mês base reajuste	Índice de correção
Linhas e Subestações próprias		26.831	26.831			
Uirapuru Transmissora de Energia S.A.						
Contrato nº 002/2005 LT Ivaiporã - Londrina ESUL	100%	26.831	26.831	2.021	Julho	IGP-M
Total		26.831	26.831			

Em vista das linhas em operação, a RAP esperada para os próximos cinco anos está representada no quadro a seguir:

RAP Realizada e Esperada

Linha de transmissão - RAP proporcional - R\$ mil *	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
Integral	26.922	26.959	26.959	26.959	26.959	26.959	26.959
Uirapuru Transmissora de Energia S.A.							
Contrato nº 002/2005	26.922	26.959	26.959	26.959	26.959	26.959	26.959
TOTAL	26.922	26.959	26.959	26.959	26.959	26.959	26.959

* Valores correntes nominais até 2024. A partir de 2025, inclusive, são sem inflação à moeda de 31.12.2024.

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO (EM MILHARES DE REAIS)

5.1 Receita Operacional Líquida

Em 2024, a Receita Operacional Líquida foi de R\$ 27.858, representando acréscimo de 75,8% em relação a 2023 (R\$ 15.845), devido principalmente ao maior IGPM em 2024.

5.2 Custos e Despesas Operacionais

Em milhares de reais	31.12.2024	31.12.2023
Pessoal, administradores, Planos de Previdência e Assistencial	291	421
Material	21	16
Serviços de terceiros	1.492	1.383
Depreciação e amortização	19	16
Perdas de créditos, provisões e reversões	681	198
Custo de construção	160	9
Outros custos e despesas operacionais	384	472

5.3 EBITDA ou LAJIDA

Em milhares de Reais	2024	2023
Lucro líquido	27.352	16.179
Despesas com tributos sobre os lucros	2.607	2.285
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	(4.989)	(5.125)
Lajir/Ebit	24.970	13.339
Depreciação e Amortização	19	16
Lajida/Ebitda	24.989	13.355
Receita Operacional Líquida - ROL	28.018	15.854
Margem do Ebitda% (Ebitda ÷ ROL)	89,2%	84,2%

O Ebitda da Companhia em 2024 foi de R\$ 24.988, apresentando acréscimo de R\$ 11.633 ou 87,1% em relação a 2023, devido principalmente ao aumento das receitas.

5.4 Resultado Financeiro

O resultado financeiro apresentou redução das despesas em R\$ 15, devido principalmente aos juros de P&D, compensado pela redução do rendimento em aplicações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balancos Patrimoniais

em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	NE nº	31.12.2024	31.12.2023
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	53.571	44.204
Clientes	5	2.739	2.865
Ativos de contrato	6	8.489	7.273
Outros créditos		116	106
Estoques		201	201
Imposto de renda e contribuição social		1.057	1.097
Despesas antecipadas		24	43
		66.197	55.789
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Ativos de contrato	6	137.361	135.641
		137.361	135.641
Imobilizado		148	158
Intangível		9	18
		137.518	135.817
TOTAL DO ATIVO		203.715	191.606

As notas explicativas (NE) são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO	NE nº	31.12.2024	31.12.2023
CIRCULANTE			
Partes relacionadas	16	60	106
Fornecedores	7	339	248
Imposto de renda e contribuição social	8	233	221
Outras obrigações fiscais	8	89	89
Dividendos a pagar		6.496	3.842
Encargos setoriais a recolher		114	45
Pesquisa e desenvolvimento	9	129	15
Outras contas a pagar		20	15
		7.480	4.581
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	6.591	6.709
Pesquisa e desenvolvimento	9	324	324
		6.915	7.033
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	11.1	98.000	98.000
Reserva legal	11.3	13.241	11.873
Reserva de retenção de lucros	11.3	58.591	58.591
Dividendo adicional proposto	11.4	19.488	11.528
		189.320	179.992
TOTAL DO PASSIVO		203.715	191.606

As notas explicativas (NE) são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados

em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	NE nº	31.12.2024	31.12.2023
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	12	28.018	15.854
Custos Operacionais	13	(1.733)	(1.484)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		26.285	14.370
Outras Despesas Operacionais			
Despesas gerais e administrativas	13	(538)	(729)
Outras despesas operacionais	13	(777)	(302)
		(1.315)	(1.031)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		24.970	13.339
Resultado Financeiro	14		
Receitas financeiras		5.023	5.174
Despesas financeiras		(34)	(49)
		4.989	5.125
LUCRO OPERACIONAL		29.959	18.464
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	8.1		
Imposto de renda e contribuição social		(2.725)	(1.956)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		118	(329)
		(2.607)	(2.285)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		27.352	16.179
RESULTADO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO	11.2	0,27911	0,16510

As notas explicativas (NE) são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Abrangentes

em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.12.2024	31.12.2023
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	27.352	16.179
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	27.352	16.179

As notas explicativas (NE) são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	NE nº	Capital social	Reserva de Lucros			Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendo adicional proposto		
Saldo em 1º de janeiro de 2023		98.000	11.064	58.591	17.297	-	184.952
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	16.179	16.179
Deliberação do dividendo adicional proposto		-	-	-	(17.297)	-	(17.297)
Destinação proposta à A.G.O.:							
Reserva legal	11.2	-	809	-	-	(809)	-
Dividendos	11.3	-	-	-	-	(3.842)	(3.842)
Dividendo adicional proposto	11.4				11.528	(11.528)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		98.000	11.873	58.591	11.528	-	179.992
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	27.352	27.352
Deliberação do dividendo adicional proposto		-	-	-	(11.528)	-	(11.528)
Destinação proposta à A.G.O.:							
Reserva legal	11.2	-	1.368	-	-	(1.368)	-
Dividendos	11.3	-	-	-	-	(6.496)	(6.496)
Dividendo adicional proposto	11.4				19.488	(19.488)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		98.000	13.241	58.591	19.488	-	189.320

As notas explicativas (NE) são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	NE nº	31.12.2024	31.12.2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		27.352	16.179
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do período com a geração de caixa das atividades operacionais:			
Encargos, variações monetárias e cambiais não realizadas - líquidas		30	32
Remuneração de contratos de concessão de transmissão	6	(20.529)	(6.806)
Imposto de renda e contribuição social	8.1	2.725	1.956
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.1	(118)	329
Constituição para programas de pesquisa e desenvolvimento	9.2	250	264
Depreciação e amortização	13	19	16
Perdas estimadas, provisões e reversões operacionais líquidas	13	681	198
		10.410	12.168
Redução (aumento) dos ativos			
Clientes		17.198	17.206
Outros créditos		(10)	889
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		40	(309)
Despesas antecipadas		19	1
		17.247	17.787
Aumento (redução) dos passivos			
Partes relacionadas	16	(46)	(5)
Fornecedores		(69)	39
Outras obrigações fiscais		-	(1)
Encargos setoriais a recolher	9	69	(13)
Pesquisa e desenvolvimento	9.2	(166)	(1.136)
Outras contas a pagar		5	(5)
		(207)	(1.121)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		27.450	28.834
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.713)	(1.939)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		24.737	26.895
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de imobilizado		-	(166)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		-	(166)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	11.2	(15.370)	(25.487)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(15.370)	(25.487)
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		9.367	1.242
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	44.204	42.962
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	53.571	44.204
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		9.367	1.242

As notas explicativas (NE) são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

A Uirapuru Transmissora de Energia S.A. (Uirapuru ou Companhia) é uma companhia de capital fechado com sede na Rua José Izidoro Biazzetto, 158, Bairro Mossunguê, CEP 81.200-240, na cidade de Curitiba, estado do Paraná, subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT), que é controlada pela Companhia Paranaense de Energia (Copel ou “Controladora”).

Suas atividades de construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica são reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME, por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de - de Energia nº 002/2005 - Aneel. O prazo da concessão, de 30 anos contado a partir da data de celebração do contrato, se encerra em 04.03.2035.

2. Base de Preparação

2.1 Declaração de conformidade

A demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS” (*IFRS® Accounting Standards*), incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee* (*IFRIC® Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (*SIC® Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 09.04.2025.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Copel e de suas controladas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas, as quais são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como aquelas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas são as seguintes:

- NEs nºs 3.2 e 6 - Ativos de contrato: definição da taxa de remuneração dos contratos, alocação do preço às obrigações de performance e previsão dos fluxos de caixas;
- NEs nºs 3.3 e 5 – Redução ao valor recuperável de ativos: estimativa de valores que não serão recebidos;
- NEs nºs 3.4 e 10 - Provisões para litígios e passivos contingentes: estimativa de perdas em processos judiciais;
- NE nºs 3.5 e 12 - Reconhecimento de receita: estimativa de valores não faturados e de margem de construção.

2.5 Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Há expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo e não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional. A Companhia conta com o suporte financeiro de sua Controladora.

3. Políticas Contábeis Materiais

As principais políticas contábeis materiais utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras são apresentadas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3.1 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

Depois do reconhecimento inicial os ativos financeiros somente são reclassificados se a Companhia mudar o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e esta reclassificação deve ocorrer de forma prospectiva.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir.

3.1.1 Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.1.2 Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

3.1.3 Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.1.4 Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.2 Ativos de contrato

Representa o saldo do contrato de serviço público de transmissão de energia elétrica firmado com o Poder Concedente para construir, operar e manter as linhas e subestações de alta tensão dos centros de geração até os pontos de distribuição.

Durante a vigência do contrato de concessão a Companhia recebe, condicionado a sua performance, uma remuneração denominada Receita Anual Permitida - RAP que amortiza os investimentos realizados na construção da infraestrutura e faz frente aos custos de operação e manutenção incorridos.

Após o início da operação comercial e na medida em que o serviço de operação e manutenção – O&M é prestado, a parte da RAP referente a receita de O&M é reconhecida no resultado ao valor justo, mensalmente, e faturada em conjunto com a parte da receita reconhecida na fase de construção, referente a remuneração dos ativos construídos. Este valor faturado após o cumprimento da performance de O&M é reclassificado para o ativo financeiro na rubrica de clientes até o seu recebimento efetivo.

A Companhia estima sua receita na fase de construção a valor justo com base no custo orçado da obra e utilizado pela administração como parâmetro para o lance no leilão da concessão. A receita a valor justo é composta pelo custo orçado para todo período de construção acrescido da margem de construção, que representa o lucro suficiente para cobrir os gastos de gerenciamento e acompanhamento da obra.

A taxa de remuneração de cada concessão é determinada pela projeção do custo esperado, da margem de lucro sobre o custo na fase de construção e da projeção da RAP a ser recebida na fase de operação, já líquida da estimativa da contraprestação variável (PV) e da parte da RAP da performance de O&M. Essa técnica de avaliação de valor justo pela abordagem de receita desconta o fluxo de caixa de todo o período da concessão, determinando no reconhecimento inicial a taxa implícita que zera o fluxo ao longo do tempo. Essa taxa de remuneração é fixada no momento inicial e não se altera durante a performance do contrato e representa a taxa de mercado vigente a época nas condições da negociação entre partes.

O ativo proveniente da construção da infraestrutura de transmissão é formado pelo reconhecimento da receita de construção, conforme o percentual completado da obra (NE nº 3.6) e por sua remuneração financeira (NE nº 3.5.2).

A Companhia reconhece os ganhos e perdas por eficiência ou ineficiência na construção da infraestrutura e em função de revisão tarifária periódica – RTP, quando incorridos, diretamente no resultado do exercício.

No vencimento da concessão, se houver saldo remanescente ainda não recebido relacionado à construção da infraestrutura, este será recebido diretamente do Poder Concedente, conforme previsto no contrato de concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da RAP.

3.3 Redução ao valor recuperável de ativos

3.3.1 Ativos financeiros

As estimativas para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma estimativa para perdas esperadas para todas as contas a receber de clientes, em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos, baseado em critérios específicos do histórico de pagamento, das ações de cobrança realizadas para a recuperação do crédito e a relevância do valor devido na carteira de recebíveis.

3.4 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

Os valores que correspondem à parcela principal da provisão são reconhecidos no resultado operacional ou no ativo e a atualização monetária, se houver, é reconhecida no resultado financeiro. Provisões socioambientais são registrados em contrapartida ao ativo quando incorridos durante a fase de implantação de empreendimentos ou, ainda, após a entrada em operação comercial, quando considerados condicionantes para obtenção/renovação das licenças de operação e manutenção.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos contabilmente, porém são divulgados em nota explicativa quando for provável o reconhecimento de benefícios econômicos futuros, para os ativos, ou quando a probabilidade de saída de recursos for avaliada como possível, no caso dos passivos.

3.5 Reconhecimento da receita

3.5.1 Receita de contratos com clientes

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas quando transfere o controle do produto ou serviço ao cliente e quando for provável o recebimento da contraprestação considerando a capacidade e a intenção do cliente de pagar a contraprestação quando devida.

As receitas da Companhia são auferidas pela disponibilidade da rede elétrica por meio da remuneração do ativo de contrato e da operação e manutenção da infraestrutura de transmissão de energia elétrica.

3.5.2 Receita de juros

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa efetiva de juros sobre o montante do principal em aberto. A taxa de juros efetiva é aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros calculados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

Em relação ao ativo de contrato da concessão de transmissão de energia elétrica, é reconhecida a receita de remuneração financeira utilizando a taxa de remuneração implícita fixada no início de cada projeto, a qual é apresentada na demonstração do resultado como receita operacional de acordo com o modelo de negócios da Companhia.

3.6 **Receita de construção e custo de construção**

As receitas relativas a serviços de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviços de transmissão de energia elétrica são reconhecidas ao longo do tempo com base no estágio de conclusão da obra.

Os respectivos custos são reconhecidos quando incorridos, na demonstração do resultado do exercício, como custo de construção.

A margem de construção adotada para a atividade de transmissão deriva de metodologia de cálculo que considera o risco do negócio.

3.7 **Imposto de renda e contribuição social**

A Companhia adota o regime tributário do lucro presumido para fins de reconhecimento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, adicional IRPJ e para a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL.

Reconhece imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre a receita financeira provisionada e sobre a remuneração e margem de construção do contrato de concessão.

3.8 **Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1º.01.2024**

A partir do exercício de 2024 estão vigentes as alterações a seguir, sem impactos nas demonstrações contábeis da Companhia:

- (i) CPC 03 / IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 / IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: requisitos para divulgação de acordos de financiamento de fornecedores;
- (ii) CPC 26 / IAS 1 - requisitos para classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes e para apresentação de Passivo Não Circulante com Covenants;
- (iii) CPC 06 / IFRS 16 - Arrendamentos: alterações relacionadas a operações de “sale and leaseback”; e
- (iv) CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado: alterações para adequação aos CPCs emitidos posteriormente a emissão da norma.

3.9 Novas normas que ainda não entraram em vigor

A partir dos exercícios seguintes estarão vigentes as alterações nos seguintes pronunciamentos:

- i) CPC 02 / IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade (a partir de 1º.01.2025);
- ii) CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (a partir de 1º.01.2025);
- iii) ICPC 09 (R3) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial (a partir de 1º.01.2025);
- iv) CPC 48 / IFRS 9 e CPC 40 / IFRS 7 – Classificação e mensuração de instrumentos financeiros e Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (a partir de 1º.01.2026);
- v) IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras (a partir de 1º.01.2027);
- vi) IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações (a partir de 1º.01.2027);
- vii) OCPC 10 – Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO) (a partir de 1º.01.2025); e
- viii) CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28: alterações relacionadas a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture (sem data de vigência definida).

A Companhia não tem expectativa de impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes destas alterações de normas, exceto a IFRS 18, para a qual a Administração está avaliando os impactos de adoção.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2024	31.12.2023
Caixa e bancos conta movimento	2.096	160
Aplicações financeiras de liquidez imediata	51.475	44.044
	53.571	44.204

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de 90 dias da data de contratação em caixa. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs, e são remuneradas entre 98,3% e 101% da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5. Clientes

	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31.12.2024	31.12.2023
Encargos de uso da rede elétrica	2.481	209	961	3.651	3.089
(-) Perdas de créditos esperadas	(4)	-	(908)	(912)	(224)
	2.477	209	53	2.739	2.865

O ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico emite mensalmente os avisos de créditos - AVCs relativos à apuração mensal dos serviços e encargos de transmissão e determina quanto cada cliente deve pagar a cada transmissora. No entanto a cobrança é feita diretamente entre transmissora e cliente. Toda inadimplência é comunicada ao ONS o qual pode, conforme cada caso, executar a garantia, retirar o cliente da apuração mensal e, em último caso, cancelar o contrato com o cliente e retirá-lo do sistema de transmissão.

6. Ativo de contrato

Em 31.12.2023	153.601
Remuneração	6.806
Receita de construção	(17.493)
Em 1º.01.2024	142.914
Remuneração	20.529
Adição	160
Transferências para encargos do uso da rede - clientes	(17.753)
Em 31.12.2024	145.850
	Circulante 8.489
	Não circulante 137.361

6.1 Premissas adotadas para o cálculo do ativo de contrato

	31.12.2024	31.12.2023
Margem de construção	1,65%	1,65%
Margem de operação e manutenção	1,65%	1,65%
Taxa de remuneração	8,33% a.a.	8,33% a.a.
Índice de correção dos contratos	IGPM	IGPM
RAP anual, conforme Resolução Homologatória	26.831	26.922

7. Fornecedores

O saldo corresponde, principalmente, aos valores devidos pela prestação de serviços de operação e manutenção.

8. Tributos

	31.12.2024	31.12.2023
Passivo circulante		
Imposto de renda e contribuição social	233	221
Outras obrigações fiscais		
PIS/Pasep e Cofins	82	83
Outros tributos	7	6
	322	310
Passivo não circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
Contratos de concessão	4.492	4.402
Rendimentos de aplicações financeiras	2.099	2.307
	6.591	6.709

Baseada em seu histórico de rentabilidade e na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em suas projeções internas elaboradas para prazos razoáveis aos seus negócios de atuação, a Companhia constituiu crédito fiscal diferido sobre as diferenças temporárias das bases de cálculo dos tributos, com expectativa de realização conforme quadro a seguir:

2025	(2.365)
2026	(633)
2027	(449)
2028	(449)
2029	(449)
2030 a 2032	(1.348)
A partir de 2033	(898)
	(6.591)

8.1 Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

	31.12.2024		31.12.2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Imposto de renda e contribuição social				
Faturamento regulatório	27.071	27.071	28.321	28.321
Alíquota	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	2.166	3.249	2.266	3.399
Receita financeira auferida sobre os valores resgatados, líquidas de IOF	5.023	5.023	5.174	5.174
(-) Receita financeira provisionada	611	611	(1.935)	(1.935)
(=) Base de cálculo	7.800	8.883	5.505	6.638
Aliquotas vigentes	15%	9%	15%	9%
Adicional	10%		10%	
Imposto de renda e contribuição social provisionados	1.926	799	1.357	599
Imposto de renda e contribuição social diferidos				
Contratos de concessão	2.927	2.927	(10.688)	(10.688)
Alíquota	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	234	351	(855)	(1.283)
Receita financeira provisionada	(611)	(611)	1.935	1.935
(=) Base de cálculo	(377)	(260)	1.080	652
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(95)	(23)	270	59

9. Pesquisa e Desenvolvimento

Conforme a Lei nº 9.991/2000 e regulamentações complementares, as concessionárias e permissionárias de geração e transmissão de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida regulatória em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico.

9.1 Saldos constituídos para aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

	Aplicado e não concluído	Saldo a recolher	Saldo a aplicar	Saldo em 31.12.2024	Saldo em 31.12.2023
FNDCT (a)	-	16	-	16	8
MME	-	8	-	8	4
P&D	99	4	326	429	327
	99	28	326	453	339
			Circulante	129	15
			Não circulante	324	324

(a) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT

9.2 Mutação dos saldos de P&D

	FNDCT	MME	P&D	Total
Em 1º.01.2023	12	12	1.156	1.180
Constituições	105	52	107	264
Juros	-	-	31	31
Recolhimentos	(109)	(60)	(34)	(203)
Conclusões			(933)	(933)
Em 31.12.2023	8	4	327	339
Constituições	100	50	100	250
Juros	-	-	30	30
Recolhimentos	(92)	(46)	(28)	(166)
Em 31.12.2024	16	8	429	453

10. Provisões para Litígios e Passivos Contingentes

A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis, quando os critérios de reconhecimento de provisão descritos na NE nº 3.4 são atendidos. Em 31.12.2024 e 31.12.2023 não há provisões para litígios registradas na Companhia.

Passivos contingentes são obrigações decorrentes de eventos passados sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação. Em 31.12.2024 e 31.12.2023 a Companhia não possui passivos contingentes.

11. Patrimônio Líquido

11.1 Capital social

O capital social integralizado em 31.12.2024, no valor de R\$ 98.000 (R\$ 98.000 em 31.12.2023) é composto por 98.000.000 ações ordinárias, sem valor nominal, pertencentes à Copel Geração e Transmissão S.A.

11.2 Resultado por ação

	31.12.2024	31.12.2023
Numerador básico e diluído		
Resultado líquido básico e diluído alocado por classes de ações	27.352	16.179
Denominador básico e diluído		
Média ponderada das ações	98.000.000	98.000.000
Resultado líquido do período básico e diluído por ação	0,27911	0,16510

11.3 Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

A reserva de retenção de lucros visa a cobertura do programa de investimento da Companhia, conforme o artigo 196 da Lei nº 6.404/1976, e é constituída com base em Orçamento de Capital proposto pelos órgãos da Administração para deliberação da Assembleia Geral, quando aplicável.

11.4 Proposta de distribuição de dividendos

	31.12.2024	31.12.2023
Cálculo dos dividendos		
Lucro líquido do exercício	27.352	16.179
Reserva legal (5%)	(1.368)	(809)
Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios	25.984	15.370
Dividendos mínimos obrigatórios	6.496	3.842
Dividendo adicional proposto (*)	19.488	11.528
Total de Dividendos	25.984	15.370
Valor do dividendo por ação	0,000265	0,000157

(*) De acordo com o § 6º do art. 202 da lei 6.404/76, os lucros não destinados nos termos do art. 193 a 197 (Reserva Legal, Reservas

Estatutárias, para contingência, de retenção de lucros ou de lucros a realizar), deverão ser distribuídos como dividendos.

12. Receita Operacional

	31.12.2024	31.12.2023
Receita de operação e manutenção - O&M	12.036	11.529
Receita de juros efetivos e correção monetária	17.811	6.191
Receita de construção	160	9
(-) PIS/Pasep e Cofins	(988)	(1.034)
(-) Pesquisa e desenvolvimento	(250)	(264)
(-) Encargos setoriais	(751)	(577)
	28.018	15.854

13. Custos e despesas operacionais

	Custos operacionais	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais	31.12.2024	31.12.2023
Pessoal e administradores	-	(253)	-	(253)	(376)
Planos previdenciário e assistencial	-	(38)	-	(38)	(45)
Material	(7)	(14)	-	(21)	(16)
Serviços de terceiros	(1.411)	(81)	-	(1.492)	(1.383)
Depreciação e amortização	(10)	(9)	-	(19)	(16)
Perdas de créditos, provisões e reversões	-	-	(681)	(681)	(198)
Custo de construção	(160)	-	-	(160)	(9)
Outros custos e despesas operacionais	(145)	(143)	(96)	(384)	(472)
	(1.733)	(538)	(777)	(3.048)	(2.515)

14. Resultado Financeiro

	31.12.2024	31.12.2023
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	5.014	4.994
Acréscimos moratórios sobre faturas	9	15
Outras receitas financeiras	-	165
	5.023	5.174
(-) Despesas financeiras		
Juros sobre P&D	30	31
Outras despesas financeiras	4	18
	34	49
Líquido	4.989	5.125

15. Instrumentos Financeiros

15.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE nº	Nível	31.12.2024		31.12.2023	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	2	53.571	53.571	44.204	44.204
			53.571	53.571	44.204	44.204
Custo amortizado						
Clientes (a)	5		2.739	2.739	2.865	2.865
			2.739	2.739	2.865	2.865
Total dos ativos financeiros			56.310	56.310	47.069	47.069
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores (a)	7		339	339	248	248
Total dos passivos financeiros			339	339	248	248

Nível 1: obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo.

a) Valor justo equivalente ao valor contábil em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.

15.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

15.2.1 Risco de crédito

Exposição ao risco de crédito	31.12.2024	31.12.2023
Caixa e equivalentes de caixa (a)	53.571	44.204
Clientes (b)	2.739	2.865
	56.310	47.069

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de cliente ou contraparte em instrumento financeiro, resultantes da falha desses em cumprir com suas obrigações contratuais.

- A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando sua política em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha.
- Risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Tal risco está intimamente relacionado a fatores internos e externos à Companhia. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia atua na gerência de contas a receber, detectando os consumidores inadimplentes e implementando políticas específicas de cobrança.

15.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados ao controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

São desenvolvidas projeções econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos, as quais são submetidas à apreciação pelos órgãos da Administração. Anualmente ocorre a aprovação do orçamento empresarial para o próximo exercício.

As projeções econômico-financeiras de médio e longo prazos abrangem períodos mensais cobrindo os próximos cinco anos. A projeção de curto prazo considera períodos diários cobrindo os próximos 90 dias.

A Companhia monitora permanentemente o volume de recursos a serem liquidados por meio de controle do fluxo de caixa, objetivando reduzir o custo de captação, o risco de renovação dos empréstimos e a aderência à política de aplicações financeiras, mantendo-se um nível de caixa mínimo.

O saldo de fornecedores registrado tem previsão de liquidação de um mês após a data destas demonstrações financeiras.

a) Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado.

A Companhia não possui dívida emitida e não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

15.3 Gerenciamento de capital

A Companhia busca conservar base sólida de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter também equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio.

16. Transações com Partes Relacionadas

O quadro a seguir apresenta os saldos decorrentes de transações relevantes com partes relacionadas efetuadas pela Companhia, exceto transações de operações em ambiente regulado, registradas de acordo com os critérios e definições estabelecidos pelos agentes reguladores:

Consolidado Parte Relacionada / Natureza da operação	Ativo		Passivo		Receita		Custo / Despesa	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Controlador								
Copel Geração e Transmissão S.A								
Compartilhamento (a)	-	-	42	77	-	-	-	-
Dividendos	-	-	6.496	3.843	-	-	-	-
Contrato de operação e manutenção	-	-	-	-	-	-	1.346	1.286
Entidades sob controle comum								
Copel Distribuição S.A.								
Compartilhamento (a)	-	-	18	24	-	-	-	-
Complexo Eólico Cutia (b)								
Compartilhamento (a)	-	-	-	5	-	-	-	-
Pessoal chave da administração								
Honorários	-	-	-	-	-	-	13	30
Encargos sociais	-	-	-	-	-	-	4	7

(a) A Companhia registrou gastos com atividades corporativas entre controladoras e entidades sob controle comum, referentes a pessoal e administradores, conforme contrato de compartilhamento assinado entre as partes. As atividades estão concentradas nas suas controladoras e entidades sob controle comum.

(b) Empreendimentos de geração de energia eólica, cujas ações pertencem à Copel GeT.

A Companhia não possui planos de benefícios de longo prazo para os Administradores.

17. Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos seguros contratados pela Companhia está demonstrada a seguir:

Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Seguro D&O (a)	28.03.2025	154.808
Riscos Nomeados	24.08.2025	4.350

(a) O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 31.12.2024, de R\$ 6,1923

Curitiba, 09 de abril de 2025.

Marcio Raphael Ploszaj
Diretor Técnico

Adriano Fedalto
Diretor Administrativo-Financeiro

Tatiane Ramthun Gumz
Contadora CRC PR 050498/O-1

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Pelo presente instrumento, como membros da Diretoria Executiva da Uirapuru Transmissora de Energia S.A. (Uirapuru), inscrita no CNPJ sob o nº 07.003.112/0001-45, sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT) e controlada indireta da Companhia Paranaense de Energia (Copel), com sede na Rua José Izidoro Biazetto, 158, Mossunguê, Curitiba, Paraná, declaramos que:

- (I) revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório de auditoria da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. relativamente às demonstrações financeiras da Uirapuru de 31.12.2024; e
- (II) revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Uirapuru de 31.12.2024.

E, por ser verdade, firmamos a presente.

Curitiba, 09 de abril de 2025

MARCIO RAPHAEL PLOSZAJ
Diretor Técnico

ADRIANO FEDALTO
Diretor Administrativo-Financeiro



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Uirapuru Transmissora de Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Uirapuru Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do período anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 18 de abril de 2024, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., Al. Dr. Carlos de Carvalho, 417, 11º, Curitiba Trade Center, Curitiba, PR, Brasil, 80410-180
T: 4004-8000, www.pwc.com.br



Uirapuru Transmissora de Energia S.A.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.





Uirapuru Transmissora de Energia S.A.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Curitiba, 09 de abril de 2025


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-6

DocuSigned by

Signed by: ADRIANO MACHADO | 15671101809
CPF: 15671101809
Signing Time: 09 de abril de 2025, 17:30:08PT
© ICP Brasil. OJ - Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB
C. BR
Nº de Reg. AC: 202454-REB-V5

Adriano Machado
Contador CRC PRO42584/O-7

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 32BD1FCE-C53A-4E4C-9989-18E00EABAA49

Status: Concluído

Assunto: Complete com o Docusign: UIRAPURUDEZ24.pdf

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Envelope fonte:

Documentar páginas: 30

Assinaturas: 1

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 2

Rubrica: 0

Renan Thielen

Assinatura guiada: Ativado

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

São Paulo, São Paulo 04538-132

renan.thielen@pwc.com

Endereço IP: 134.238.160.120

Rastreamento de registros

Status: Original

09 de abril de 2025 | 17:02

Portador: Renan Thielen

renan.thielen@pwc.com

Local: DocuSign

Status: Original

09 de abril de 2025 | 17:30

Portador: CEDOC Brasil

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

Local: DocuSign

@pwc.com

Eventos do signatário

Adriano Machado

a.machado@pwc.com

Sócio

PwC BR

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

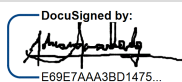
Tipo de assinatura: ICP Smart Card

Emissor da assinatura: AC SERASA RFB v5

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não oferecido através da Docusign

Assinatura



Adoção de assinatura: Desenhado no dispositivo

Usando endereço IP: 3.217.20.196

Registro de hora e data

Enviado: 09 de abril de 2025 | 17:03

Visualizado: 09 de abril de 2025 | 17:03

Assinado: 09 de abril de 2025 | 17:30

Eventos do signatário presencial

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor

Status

Registro de hora e data

Evento de entrega do agente

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados

Status

Registro de hora e data

Eventos de cópia

Status

Registro de hora e data

Renan Thielen

renan.thielen@pwc.com

Manager

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não oferecido através da Docusign

Copiado

Enviado: 09 de abril de 2025 | 17:30

Visualizado: 09 de abril de 2025 | 17:30

Assinado: 09 de abril de 2025 | 17:30

Eventos com testemunhas

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos do tabelião

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	09 de abril de 2025 17:03
Envelope atualizado	Segurança verificada	09 de abril de 2025 17:20
Envelope atualizado	Segurança verificada	09 de abril de 2025 17:20
Entrega certificada	Segurança verificada	09 de abril de 2025 17:03
Assinatura concluída	Segurança verificada	09 de abril de 2025 17:30
Concluído	Segurança verificada	09 de abril de 2025 17:30

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
-----------------------------	---------------	-----------------------------



Estas demonstrações financeiras
estão publicadas no site da Copel.
Utilize a câmera do seu smartphone
para ler o código ao lado.

